

NA VIATURA

In the police vehicle



Alessandro Cerqueira Bastos
Universidade Federal da Bahia
Programa de Pós-graduação em História Social | Salvador, Brasil
cerqueirasandro@hotmail.com | ORCID iD: 0000-0003-2682-3251

MEDEIROS, Flavia. 2018. Linhas de investigação: uma etnografia das técnicas e moralidades numa divisão de homicídios da polícia civil do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Autografia.

Viaturas, algemas, forte armamento, estas são as principais imagens evocadas quando nos lembramos das diferentes polícias brasileiras, que ostentam números alarmantes com relação à truculência e letalidade, especialmente, direcionadas a populações negras e pobres no país. Nas duas últimas décadas, a comunidade de antropólogos e antropólogas tem assistido ao crescente número de pesquisas que se preocupam com temáticas como: polícia, crime, criminalidade, policiais, advogados, delegados, juízes etc. É importante salientar que não se trata apenas de um movimento feito pela antropologia, pois destaca-se o constante diálogo entre historiadores sociais e sociólogos que geram excelentes frutos. Refiro-me às pesquisas pioneiras sobre crime, policiais e criminalidade realizadas por Alba Zaluar (1994), Kant de Lima (1995), Michel Misse (1995) e Marcus Bretas (1997), só para citar algumas das referências que influenciaram gerações posteriores. Apesar da multiplicidade de metodologias e enfoques, tais pesquisas guardam entre si a preocupação em investigar o

universo das punições, repressões e violências policiais, indo além de reducionismos de qualquer natureza.

Um exemplo dessa agenda de pesquisas é o livro que temos em mãos. Antropóloga, já premiada pela tese da qual se originou as reflexões reunidas neste livro, Flavia Medeiros Santos define como objeto de pesquisa o homicídio na qualidade de categoria que classifica certas mortes forjadas a partir das linhas de investigação. Os protagonistas do livro são a polícia civil, e o recorte espacial adotado é o Rio de Janeiro. Levando em consideração as linhas de investigação, os agentes policiais constroem um homicídio, como quem tece uma tapeçaria. Ao realizar tal empreendimento, os policiais acabam por revelar elementos do seu saber prático, informado por suas visões de mundo e pelos referenciais de moralidades cultivados no âmbito da força policial. Em resumo, como a própria Medeiros sugere, se assemelhando às pesquisas realizadas por Mariza Côrrea (1983) sobre crimes passionais, o propósito maior de sua pesquisa é investigar como “os policiais transformam sujeitos em vítimas, testemunhas ou suspeitos, coisas em fatos e evidências” (2018:21).

A etnografia, desenvolvida na divisão de homicídios de Niterói (DHNISG) no estado do Rio de Janeiro, durou em torno de 12 meses no ano de 2014. Durante este período, Medeiros se inseriu no cotidiano de policiais, delegados e demais agentes da polícia civil, procurando compreender as lógicas que regiam as moralidades aí desenvolvidas. Apesar da mudança na intenção inicial, que antes se ocuparia em estudar os peritos, a pesquisa transcorreu com relativa facilidade. Digo relativa por que, apesar de não ter encontrado resistência entre seus interlocutores, a autora esteve presente em operações arriscadas, vivenciado de maneira radical o campo de pesquisa. No entanto, a trajetória já marcada pela experiência etnográfica, certamente, deve ter ajudado Medeiros a resolver os dilemas inerentes ao seu trabalho *no campo*.

Cabe sublinhar que a noção de linhas, mencionada no próprio título do livro, não é mero exercício de estilo. Para a autora, linhas de investigação são bem mais do que uma ideia social pairando sobre os indivíduos. Ao longo do capítulo 1, *entre números e categorias*, somos surpreendidos pela constante categorização das mortes estabelecidas nas investigações policiais a partir de parâmetros não apenas legais, mas principalmente morais. Aqui, a autora oferece uma discussão sobre o auto de resistência na sua relação direta com as políticas

de morte ensejadas pelo Estado. A própria noção de morte é problematizada, visto que, ao considerar o contexto social e a suposta associação ao comércio de drogas, algumas mortes são consideradas justificadas e até mesmo autorizadas institucionalmente. Ao longo do texto, três mortes ganham destaque: dois jovens negros assassinados em operações policiais e uma juíza crítica contumaz a ações policiais de alto teor de letalidade realizadas no estado carioca. De diferentes classes sociais e marcadores raciais, porém, conectados através daquilo que tem sido chamado de guerra às drogas, esses personagens nos ajudam a compreender sobre os procedimentos classificatórios realizados pelos policiais.

Mas para entendermos, pelo menos em partes, sob quais condições se dão os atos classificatórios realizados pelos policiais em suas investigações, precisamos realizar uma incursão no cotidiano destes personagens. No capítulo 2, *entre tempos e espaços*, Medeiros realiza tal feito e nos leva, como em toda boa etnografia, a conhecer detalhes sobre os cenários, as relações e as temporalidades enredados na prática investigativa. A autora, que passa a conviver certo tempo com seus interlocutores, descreve cantinas, dormitórios e trabalhos na rua onde iniciavam as investigações. Tais elementos são organizados de modo a reforçar o argumento de que, a partir destas paisagens e temporalidades, a experiência de *ser policial* é construída.

Dilemas, condições de trabalho, riscos e perigos próprios da prática policial marcam capítulo. Incurção reveladora, ainda que indiretamente, das dificuldades que a própria pesquisadora deve ter encontrado ao acompanhar, dentro de uma viatura, a rotina dos seus interlocutores. Por mais que não mencione tão explicitamente, é possível imaginar que, como negra e provavelmente oriunda dos segmentos populares, a antropóloga se parecesse com os jovens com os quais os policiais interagiam cotidianamente. Não só isso. As fronteiras entre a familiaridade e o estranhamento aqui estão sendo redefinidas à luz dos marcadores sociais da diferença de classe, de raça, de gênero, etc.

O inquérito policial assim como outras categorias nativas tais como informação de investigação, investigação do local e identificação são apresentadas em seus devidos contextos no capítulo *Entre vivos e mortos*. Apesar de muitos deles já serem amplamente conhecida pelos “populares” – para recorrer ao jargão policiaisco -, a autora recupera aspectos técnicos e morais que perpassam pela investigação policial de homicídios.

Não se trata apenas de apresentar como se dão as investigações, mas também como dado crime ganha status diferenciado em relação a outros a partir dos referenciais morais mobilizados na situação.

Como exemplo dessa forma de classificar que sempre varia a partir dos conhecimentos técnicos e morais, a autora apresenta algumas categorias como: acertos de contas, execução, crime passional e até o cachacídio, menos conhecido. Este último se refere a crimes cujo móvel tenha sido a embriaguez. Cada classificação é construída, portanto, a partir do perfil moral da vítima. Assim, não será surpresa para o leitor familiarizado com os argumentos desenvolvidos neste livro, que os acertos de contas e execuções fossem crimes descritos como próprio às pessoas presumidamente *envolvidas* com o tráfico de drogas. Nesses casos, “o morto é culpado pela morte dele” (175) para alguns policiais e para o senso comum, este influenciado pelo jornalismo sensacionalista. Vale mencionar que a linha de investigação adotada pela equipe policial leva em consideração o perfil de vítima com o qual já estão acostumados a lidar, ou seja, a experiência de investigações anteriores contribui para que os novos crimes sejam solucionados. Embora isso nem sempre seja possível. Por sinal, as limitações técnicas, como a falta uma simples fita de isolamento, podem tornar o trabalho investigativo ainda mais complicado como a própria autora deixa implícito.

No capítulo *Entre a guerra e o cartório*, são focalizados conflitos estabelecidos no âmbito da chamada guerra às drogas. Aqui, como a autora chama atenção, guerra é uma categoria nativa levada a sério no vocabulário dos seus interlocutores. Supostas vítimas vinculadas ao tráfico, ao morrerem assassinadas, têm seus homicídios classificados como crime de guerra. O cenário dessa guerra já é conhecido pelas vastas etnografias, com as de Zaluar (1994) e Misse (1995), que versam sobre os conflitos cariocas associados aos embates entre o tráfico e a força policial. A novidade desta etnografia, portanto, reside em apontar o papel da burocracia no processo de classificação das mortes advindas da guerra às drogas. A burocracia é, pois, parte de um processo de fabricação de certas mortes como necessárias às políticas de morte do Estado, conforme a autora ressalta no capítulo.

No capítulo entre *símbolos e interesses*, junto a antropóloga em seu *rolê* na viatura policial, somos convidados a conhecer objetos e práticas relacionados diretamente à experiência de ser policial. Temos acesso às percepções dos policiais sobre suas

carreiras, perspectivas de futuro, e como, para alguns, a polícia poderia representar apenas uma profissão temporária. Assim, a polícia civil seria um *bico* para alguns? Não é possível concluir taxativamente.

Coletes, uniformes, bonés, brasões e armamentos, todos objetos que poderíamos, grosso modo, nomear de coisas de polícia são enfocados neste capítulo. Seriam estes símbolos da força policial e, por isso, indicativos da iminência belicosa desta atuação profissional - o que fica perceptível quando um agente declara que “ter uma arma é ter nas mãos a possibilidade de matar” (257). É claro que, ao estarem fardados, os policiais dispunham de claras vantagens simbólicas e práticas em seu meio social, mas também se tornavam vulneráveis. Tanto é que se tornou frequente, na etnografia, a menção ao medo dos policiais serem mortos. Por mais que os agentes sempre devessem estar armados, deveriam ter cautela para não deixarem tão evidenciada a presença de seu armamento.

Antes dos excelentes apontamentos que são oferecidos ao fim do livro, temos o último capítulo intitulado *entre inquiridos e jamais*. Nesse capítulo, como o próprio título sugere, são mencionadas as conexões possíveis entre o universo da atuação policial e o lugar da mídia na divulgação de informações, imagens, percepções sobre os crimes (e os presumidamente criminosos). Os casos de repercussão foram destacados neste capítulo. Assim, uma das características desses crimes é a ruptura com o rotineiro e o habitual presente nos demais casos investigados pelos policiais. De acordo com Medeiros, trata-se de casos em que a família costuma pressionar a polícia em busca de informações e de engajamento na resolução dos crimes.

As metas e as expectativas de sucesso nas operações permeiam a rotina dos policiais da divisão de homicídios. Para exemplificar como a definição de sucesso variava de acordo com as percepções morais envolvidas, Medeiros descreve densamente duas operações realizadas em clínicas clandestinas de aborto, focando duas personagens. Além das interessantes reflexões sobre como o efeito repressivo tornava mais complexa a prática de aborto e, portanto, criminalizava mulheres pobres, em geral afrodescendentes; a autora também destacou que estas mulheres recorriam a esse método de forma clandestina. Fato que as expõe a riscos de morte, pois não encontram suporte médico adequado.

A autora também deixa entrever pequenas tensões próprias do trabalho *no campo*.

Isso é perceptível quando o caso de aborto chega à repartição, onde os agentes discutiam entre si suas concepções sobre a prática e logo queriam saber a opinião da antropóloga, representante direta do “povo da universidade (...) tudo mente aberta” (p.309). Não apenas isso. Para um historiador que confessa seu gosto pela discussão sobre tensões e conflitos de valores como eu, o item que trata do aborto é um dos pontos altos do livro. Medeiros comprova como a moralidade atua criminalizando a prática do aborto, mas não se furta a evidenciar que, num cenário dinâmico e complexo como a divisão de homicídios, havia quem se mostrasse favorável a descriminalização. Estaríamos diante de um indicativo dos aspectos “democráticos” presentes na polícia civil, conforme um interlocutor sugere em dado momento? Não é possível fazer tamanha generalizações, pois é comum que os aspectos normativos se sobreponham às visões divergentes, como Medeiros acaba por revelar.

Após ter lido o livro, uma reflexão me chamou atenção. Medeiros demonstra que, diferente da polícia militar constituída por uma maioria de negros, os agentes da polícia civil eram compostos por pessoas brancas. Quais teriam sido as razões? talvez, a exigência de diploma de nível superior para fazer parte da polícia civil afastasse a população negra dos seus quadros. Seja como for, tais diferenças raciais são um importante ingrediente para se entender a sofisticada lógica pela qual se organiza a polícia brasileira.

Em síntese, a escrita do livro é envolvente, densamente detalhada e permite ao leitor ter acesso aos cenários e personagens de quem se fala na narrativa. A edição é cuidadosa e contém um prefácio em que são reconhecidos os vários méritos do livro. Gostaria apenas de realizar uma última observação: senti falta de um quadro sistematizando os aspectos raciais, formação acadêmica, origem, etc, desde o início do livro, para que pudesse familiarizar os leitores com relação aos perfis sociais dos personagens da etnografia. Além disso, a título de provocação, fiquei curioso quanto ao que se refere às interações culturais dos agentes para além do âmbito da divisão de homicídios. Como vivem? Onde moram? Em que fé acreditam? Quais são suas identidades sexuais?

Tais observações não diminuem em nada os méritos do trabalho, pois eles são vários. Trata-se de importante contribuição a diferentes campos dos estudos antropológicos versando sobre punição, violência, direito, moralidade, crime e

além. A obra é um referencial obrigatório para diferentes cientistas sociais, setores de movimentos sociais engajados no fim da letalidade policial e para nós historiadores também, afinal a polícia é uma instituição marcada pela tradição repressiva ao longo do tempo. Portanto o livro é indicado a todos que busquem saber um pouco mais sobre lógicas, visões de mundo, tensões e outros aspectos da polícia civil carioca.

Referência bibliográficas

- BRETAS, Marcus. 1997. Ordem na Cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- CORRÊA, Mariza. 1983. Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal.
- KANT DE LIMA, Roberto. 1995. A polícia da cidade do Rio de Janeiro. Seus dilemas e paradoxos. 2a ed. rev. Rio de Janeiro: Forense.
- MISSE, Michel. 1995. Criminalidade Urbana Violenta: O Problema das Causas. Comunicação & Política.
- ZALUAR, Alba. 1997. Cidadãos não vão ao Paraíso. Campinas: Editora da UNICAMP e Editora Escuta.

Enviado: 03/03/2021
Aceito: 26/07/2021